



Câmara Municipal de Votorantim

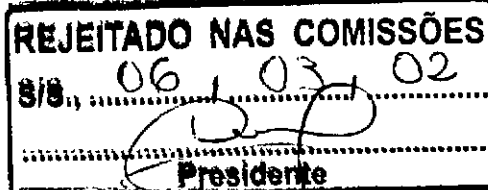
ENTRADA 02 / 10 / 01 PROJETO DE LEI nº 50/01

ARQUIVO 07 / 03 / 02

AUTORIA João Seares de Queiroz

ASSUNTO:

Dispõe sobre funcionamento de estabelecimentos comerciais nos próprios destinados ao ensino público municipal.





Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 50/01

Dispõe sobre funcionamento de estabelecimentos comerciais nos próprios destinados ao ensino público municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM APROVA:

Art. 1º - Fica **vedado** o funcionamento de estabelecimentos comerciais, de qualquer natureza, nos próprios destinados ao ensino público municipal, salvo em caráter eventual, quando relacionados à atividades pedagógicas, desportivas ou culturais.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a aprovação desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário "Pedro Augusto Rangel", em 01 de outubro de 2.001.


João Soares de Queiroz
VEREADOR



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

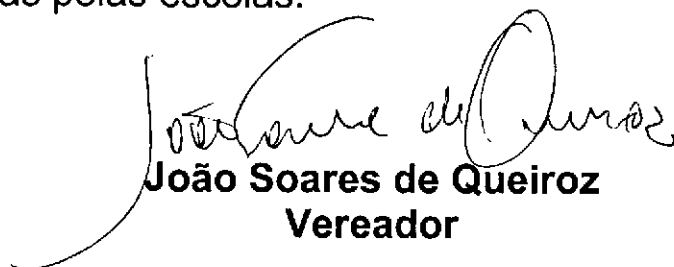
JUSTIFICATIVA:

Os dados atuais divulgados pelo Banco Mundial e pela **UNESCO**, têm demonstrado o processo sistemático de empobrecimento sofrido pela população brasileira e paulista, sendo que o nível de indigência, considerando quem vive com até meio salário mínimo por mês (R\$ 80,00/mês) atinge mais de 54 milhões de brasileiros e brasileiras.

A Escola Pública tem, por isso mesmo, a obrigação de proteger a alimentação comercial, já que a todo instante, a mesma vem submetida.

A abertura das “cantinas” ou equivalentes nas escolas, além de submeter nossas crianças ao constrangimento de não poderem adquirir os produtos ali comercializados, por não terem condições econômicas, por outro lado é tão grave quanto a primeira razão, pois a maior parte dos produtos comercializados – batatinhas fritas, bolinhos de farinha etc., não apresentam qualquer valor nutritivo e criam vícios ou mau hábitos alimentares condenados por todos os nutricionistas do Brasil.

É dever da Administração Pública e também deste Legislativo, de preservar, por direito constitucional e pelo estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nossos alunos da invasão comercial, e isso está presente nas paredes das escolas, nas capas dos cadernos, nos materiais doados às escolas e, praticamente, em todas as atividades desenvolvidas pelas escolas.


João Soares de Queiroz
Vereador

A
CONSULTORIA JURÍDICA E COMISSÕES
S/S., 02/10/02
Presidente

RECEBIDO EM
DEVIDO EM
Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS E O
RECEBIDO EM
DEVIDO EM
Presidente

REJEITADO NAS COMISSÕES
S/S., 06/03/02
Presidente



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"
ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA CÂMARA EM 03/10/2.001

Ao Sr. Presidente para o devido encaminhamento.


Marcos M. A. de Camargo
Secretário Geral

GABINETE DA PRESIDÊNCIA EM 03/10/2.001

Encaminhe-se ao Procurador Jurídico, para emissão de Parecer e após encaminhar às respectivas Comissões.

- ☒ Comissão de Justiça
- ☒ Comissão de Finanças e Orçamento
- ☐ Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente
- ☐ Comissão de Política Social
- ☐ Comissão de Economia
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Turismo
- ☐ Comissão de Administração Pública
- ☐ Comissão de defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania
- ☐ Comissão de redação
- ☐ Mesa Diretora



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”
ESTADO DE SÃO PAULO

Procuradoria Jurídica

Parecer nº 062/2001.

Projeto de Lei nº 50/01, de autoria do Vereador **João Soares de Queiroz** que dispõe sobre funcionamento de estabelecimentos comerciais nos próprios destinados ao ensino público municipal.

Parecer:

A proposição, de forma como foi elaborada, apresenta-se inócua, pois ao não prever penalidade, não tem o condão de obrigar os estabelecimentos comerciais ao cumprimento da Lei.

Por outro lado, sem previsão legal, não é possível punir quem quer que seja pelo descumprimento de uma norma coercitiva, como é o caso, e não é possível aplicar penalidades previstas em outros ordenamentos, sem a previsão devida.

Pela sua inviabilidade, é contrário o parecer da Procuradoria ao projeto.

Votorantim, SP., 26 de outubro de 2001.

João da Silva Neto

Chefe de Serviços Jurídicos

OAB/SP 102952-B



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA ao

PROJETO DE LEI Nº 50/01

O Vereador João Soares de Queiroz, no uso de suas atribuições legais apresenta o presente Projeto de Lei que dispõe sobre funcionamento de estabelecimentos comerciais nos próprios destinados ao ensino público municipal.

Diante do exposto no Parecer nº 062/2002 da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, o presente Projeto não deverá prosseguir, portanto, esta Comissão opina pela **REJEIÇÃO** do mesmo.

Este é o nosso parecer, s.m.j.

Votorantim, 21 de fevereiro de 2.002.


ADILSON HOULENES MÓRA
Relator Especial

A Comissão de **JUSTIÇA** em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado e que passa a constituir o Parecer **CONTRÁRIO** da Comissão à matéria em questão.

MEMBROS


ORLANDO HERRERA DIAS

HEBER DE ALMEIDA MARTINS


PEDRO NUNES FILHO



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO ao

PROJETO DE LEI Nº 50/01

O Vereador João Soares de Queiroz, no uso de suas atribuições legais apresenta o presente Projeto de Lei que dispõe sobre funcionamento de estabelecimentos comerciais nos próprios destinados ao ensino público municipal.

Diante do exposto no Parecer nº 062/2002 da Procuradoria Jurídica, desta Casa de Leis, e da Comissão de Justiça, esta Comissão opina pela **REJEIÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Este é o nosso parecer.

Votorantim, 21 de fevereiro de 2.002.


JOMAR TELES PROCOPIO

Relator Especial

A Comissão de **Finanças e Orçamento** em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado e que passa a constituir o Parecer **CONTRÁRIO** da Comissão à matéria em questão.

MEMBROS


OSVALDO BRASIL


PAULO SÉRGIO LOPES DE OLIVEIRA


PRIMO ALVINO VIEIRA

MARCELO DE SOUZA